



PROCESSO Nº TST-RR-175600-41.2008.5.02.0077

**A C Ó R D ã O 8ª Turma GMMEA/arp**

**RECURSO DE REVISTA. REPRESENTAÇÃO  
REGULAR. ESTAGIÁRIO. HABILITAÇÃO  
POSTERIOR.** Esta Corte Superior entende  
que a posterior habilitação do  
estagiário como advogado dispensa a  
apresentação de nova procuração, caso  
já exista nos autos a outorga de  
poderes concedida naquela ocasião.  
Incidência da OJ 319 da SbDI-1 desta  
Corte. Recurso de revista conhecido e  
provido.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de  
Recurso  
de Revista nº **TST-RR-175600-41.2008.5.02.0077**, em que é Recorrente  
[REDAZIDO] e Recorrido  
[REDAZIDO].

O TRT da 2ª Região não conheceu do recurso ordinário  
interposto pela reclamada, por irregularidade de representação  
processual.

Inconformada, a reclamada interpôs recurso de  
revista.

O recurso foi admitido pelo despacho de fls.  
482/484.

Foram apresentadas contrarrazões.

Não houve remessa dos autos ao Ministério Público  
do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.

É o relatório.

**V O T O**



**PROCESSO Nº TST-RR-175600-41.2008.5.02.0077**

O recurso de revista é tempestivo (o acórdão regional

em embargos de declaração foi publicado em 10/12/2013, fls. 429, e o apelo protocolado em 18/12/2013, fls. 431), está subscrito por procurador habilitado nos autos (fls. 115/116), satisfeito o preparo (fls. 384/388 e 478/479).

Portanto, preenchidos os pressupostos extrínsecos de admissibilidade do recurso de revista.

**a) Conhecimento**

**REPRESENTAÇÃO REGULAR. ESTAGIÁRIO. HABILITAÇÃO POSTERIOR**

Nas razões de recurso de revista, a reclamada afirma que a representação processual está regular, o Dr. Nicolau Rafael Guimarães Coelho (advogado subscritor do recurso ordinário) possui procuração outorgada à época em que era estagiário. Requer seja determinado o retorno dos autos ao TRT, para julgamento do seu recurso ordinário. Indica ofensa aos arts. 5º e 14 da Lei 8.906/94 e contrariedade à OJ 319 da SbdI-1 do TST e divergência jurisprudencial.

Consta do acórdão recorrido:

“Não conheço do apelo, por irregular a representação processual: o nobre advogado que o subscreve, Dr. Nicolau Rafael Guimarães Coelho, OAB/SP 257.480, não tem poderes nos autos, não podendo ser considerados os que recebeu (com todas as limitações legais) apenas na condição de estagiário (OAB/SP 133.322-E), na procuração de fls. 63/64... Não se cogita, sequer, de mandato tácito, dado que o nobre causídico não acompanhou a ré em audiência (fls. 60 e 72). E aqui não tratamos de irregularidade sanável, dado que a interposição de recurso não é, em regra, ato cuja urgência justifique a atuação de advogado sem procuração” (fls. 417).

No julgamento dos embargos de declaração, nada foi acrescido ou alterado.

Como se observa, o Tribunal Regional não conheceu do



**PROCESSO Nº TST-RR-175600-41.2008.5.02.0077**

recurso ordinário interposto pela reclamada por entender que o recurso foi subscrito por advogado sem poderes de representação nos autos, uma vez que a procuração foi outorgada à época em que era estagiário.

Contudo, entre a outorga e a interposição do recurso ordinário, sobreveio a habilitação, como se constata do consignado pela Corte Regional.

Esta Corte Superior entende que a habilitação do estagiário como advogado dispensa a apresentação de nova procuração, caso já exista nos autos a outorga de poderes concedida naquela ocasião. Assim, a decisão do Tribunal Regional contraria a jurisprudência firmada por esta Corte Superior consubstanciada na OJ 319 da SbDI-1 do TST, cuja redação é a seguinte:

**"REPRESENTAÇÃO REGULAR. ESTAGIÁRIO. HABILITAÇÃO POSTERIOR. Válidos são os atos praticados por estagiário se, entre o substabelecimento e a interposição de recurso, sobreveio a habilitação, do então estagiário, para atuar como advogado"**

Conheço do recurso de revista, por contrariedade à OJ 319 da SbDI-1 do TST.

**b) Mérito**

Em razão do conhecimento do recurso de revista, por contrariedade à OJ 319 da SbDI-1 do TST, dou-lhe provimento, para afastar a irregularidade da representação processual e determinar o retorno dos autos ao Tribunal Regional de origem, para julgamento do recurso ordinário da reclamada, como entender de direito.

**ISTO POSTO**

**ACORDAM** os Ministros da Oitava Turma do Tribunal Superior do Trabalho, por unanimidade, conhecer do recurso de revista, por contrariedade à OJ 319 da SbDI-1 desta Corte e, no mérito, dar-lhe provimento, para afastar a irregularidade da representação processual e determinar o retorno dos autos ao Tribunal Regional de origem, para julgamento do recurso ordinário da reclamada, como entender de direito.

Brasília, 20 de junho de 2018.



PROCESSO N° TST-RR-175600-41.2008.5.02.0077.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

**MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO**  
Ministro Relator

Este documento pode ser acessado no endereço eletrônico <http://www.tst.jus.br/validador> sob código 1001C0BA20734DA808.